

Bastou atribuir-se ao ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Perleira, a declaração de que o Brasil estaria disposto a pagar 50% dos juros deste ano aos bancos credores, para que a Bolsa de Londres reagisse de imediato, apresentando alta. Tal declaração, porém, foi logo desmentida, a exemplo do que ocorreu com diversas outras, nas últimas semanas. Sabe-se, no entanto, que a providência vem sendo estudada, por estar o governo consciente de que, no quadro das novas perspectivas favoráveis ao País, cumpre emitir um sinal de boa vontade para que se possa reencetar a renegociação da dívida externa com os bancos credores.

Sinais positivos não têm faltado, recentemente, por parte destes, cabendo agora ao Brasil não perder tais oportunidades. Todavia, deve o País, antes de tudo, apresentar um programa econômico que ofereça bases à renegociação. Disso está ciente o Planalto, embora não disposto, no momento, a definir sua estratégia para o reinício do diálogo. Urge apresentar um programa realista em que se deixe, bem clara, nossa intenção de abandonar o sonho de um crescimento de 8%, devendo-se ainda explicar aos credores como pretendemos reduzir um déficit público hoje levado à estratosfera (7% do PIB), e

convencê-los de que somos capazes de apresentar um superávit de oito bilhões de dólares na balança comercial, o que permitiria destinar pelo menos 4,5 bilhões ao pagamento de juros.

Existem fatores favoráveis a uma renegociação. O primeiro é, certamente, a atitude dos bancos norte-americanos, os quais, paradoxalmente, ao aumentar suas reservas, acenam aos devedores, oferecendo-lhes maior flexibilidade para uma renegociação que incluiria o pagamento de apenas uma parte dos juros, enquanto se procurariam soluções novas para reduzir a dívida como, por exemplo, a conversão de uma parte em capital de risco.

A proposta japonesa de colocar quase 30 bilhões de dólares em organismos internacionais ou regionais para aliviar o problema dos países endividados traduz igualmente nova abertura, visando ao encontro de uma solução. É evidente que se o Banco Mundial dispuser de maiores recursos (o que não mais depende de um aumento do seu capital, ou seja, de uma decisão do Congresso norte-americano), poderá elevar seus empréstimos; do mesmo modo se admitirá que o FMI, que dispõe de maiores recursos, se mostrará mais flexí-

vel (mas não imprudente) diante dos seus mutuários.

Recentemente, a Comunidade Econômica Européia apresentou uma proposta interessante: a criação de um fundo de resseguro para operações com Estados em desenvolvimento, buscando dar maior dimensão aos financiamentos destinados pelas nações agrupadas na CEE àqueles países, com o intuito declarado de enfrentar a concorrência do Eximbank nipônico e norte-americano.

Da parte dos bancos japoneses e europeus surgem algumas sugestões: desde que o Brasil pagasse uma parte dos juros devidos, seria possível encontrar uma solução para chegar a uma capitalização daqueles a vencer. Como se verifica, não devemos esperar muito *new money* (a não ser dos organismos oficiais), mas uma consolidação de parte da nossa dívida.

A decretação unilateral da moratória foi, certamente, o maior erro cometido pelo sr. Dilson Funaro, cabendo agora ao novo ministro desfazer a péssima impressão deixada por esse confronto. O que se pede é que o Brasil abandone a sua postura agressiva para trilhar o caminho da boa vontade. Ninguém lhe exige o impos-

sível, isto é, que pague tudo enquanto não dispuser de recursos para tanto.

Todavia, não se pode esquecer — conforme lembrou, aliás, ainda ontem, o presidente do Banco de Tóquio no Brasil — que o País terá de respeitar a liturgia internacional, ou seja, passar pelo FMI para que os credores possam oferecer-lhe sua contribuição. Isso é essencial, em primeiro lugar, para que se possa obter do próprio FMI um empréstimo compensatório de cerca de um bilhão de dólares, o que permitiria honrar nossos compromissos com aquela instituição, sob pena de sermos postos de lado no que se referir à obtenção de recursos dos organismos internacionais (já enfrentamos dificuldades, nesse particular, com o Banco Mundial). Em segundo lugar, poderíamos vencer o impasse em que nos encontramos com o Clube de Paris, o qual se recusa a negociar os vencimentos do segundo semestre e a reabrir as agências oficiais de financiamento.

O ministro da Fazenda acha-se hoje sob pressão da ala esquerda do PMDB, interessada na extensão da moratória, e terminantemente contrária a uma aproximação com o FMI. Cabe-lhe mostrar que tal atitude suicida só poderá aprofundar uma recessão até agora limitada.